

# Diálogos

ISSN 2177-2940



## A trajetória da ipecacuanha na Europa: os usos de uma raiz colonial contra a disenteria na época Moderna.

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v25i2.60390>

Wellington Bernardelli Silva Filho

 <https://orcid.org/0000-0002-8604-9977>

Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, Brasil. E-mail: wbsilvafilho@gmail.com

### The european trajectory of ipecacuanha: the uses of a colonial root against dysentery in the Modern Era.

**Abstract:** The historiography of science understands that the natural species exchanged in the colonization process of the New World were not transported alone; rather, they carried with them the traditional practices and knowledge connected in their uses. Based on this understanding, this study aims to understand how ipecacuanha, a plant used in traditional indigenous medicine, was assimilated and adapted by european medicine in the treatment of dysentery. For this purpose, several documentary sources were analyzed, from the chronicles produced by travelers in the first century of colonization of the Americas until 18th century european medical and botanical studies.

**Key words:** health and disease history; indigenous medicine; medical books.

### La trayectoria de ipecacuanha en Europa: los usos de una raíz colonial contra la disentería en la era moderna.

**Resumen:** La historiografía de la ciencia entiende que las especies naturales intercambiadas en el proceso de colonización del Nuevo Mundo no fueron transportadas solas; más bien, llevaron consigo las prácticas tradicionales y el conocimiento históricamente empleado en sus usos. A partir de esta idea, este estudio tiene como objetivo comprender cómo la ipecacuanha, una planta utilizada por los pueblos originarios en sus procesos de curación, fue asimilada y adaptada por la medicina europea en el tratamiento de la disentería. Se utilizaron fuentes documentales que van desde crónicas producidas por viajeros en el primer siglo de colonización de las Américas hasta estudios médicos y botánicos europeos en el siglo XVIII.

**Palabras clave:** Historia de la salud y enfermedad; medicina indígena; libros de medicina.

### A trajetória da ipecacuanha na Europa: os usos de uma raiz colonial contra a disenteria na época Moderna.

**Resumo:** A historiografia da ciência entende que as espécies naturais intercambiadas no processo de colonização do Novo Mundo não foram transportadas incólumes; antes, carregaram consigo as práticas e saberes tradicionais empregados historicamente em seus usos. A partir dessa ideia, o presente estudo tem como objetivo compreender como a ipecacuanha, planta usada pelos povos originais em seus processos de cura, foi assimilada e adaptada pela medicina europeia no tratamento da disenteria. Para tanto, foram utilizadas fontes documentais que se estendem das crônicas produzidas pelos viajantes do primeiro século de colonização das Américas aos estudos médicos e botânicos europeus do século XVIII.

**Palavras-chave:** história da saúde e das doenças; medicina indígena; livros médicos.

Recebido em: 01/08/2021

Aprovado em: 19/10/2021

## **Introdução**

Organizado pelo renomado historiador francês Jacques Le Goff, a obra *As Doenças têm História* (1985) buscou refletir de maneira verticalizada a relação do homem com suas enfermidades ao longo da história. Contando com contributos advindos de historiadores, médicos e filósofos, a obra atesta que é insuficiente pensar as doenças apenas através da história do desenvolvimento técnico científico. Antes, deve-se necessariamente compreendê-las a partir de um ponto de vista sociocultural, dado que as doenças pertencem “à história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações” (LE GOFF, 1985, p.8). Assim, estudar as doenças é principalmente estudar o homem, suas condições materiais e estruturas sociais. Como apontou o Jean-Charles Sournia na obra, as doenças não são autônomas, não tem uma história em si, “as doenças têm apenas a história que lhe é atribuída pelo homem” (SOURNIA, 1985, p. 359).

O mesmo ponto de vista pode ser tomado ao observar o papel desempenhado pelas plantas medicinais durante a época Moderna. Sua história está diretamente ligada à história do homem, sua relação com o meio em que está inserido, seu arcabouço de práticas e saberes e a circulação de conhecimentos em escala global. O fato é especialmente factível no caso das plantas brasileiras. Ao longo de todo o processo de colonização da América portuguesa, diversos homens estiveram engajados em um processo transnacional e intercontinental de recolha, transferência, aclimação e realização de experiências científicas acerca de suas potencialidades terapêuticas. Nas últimas décadas inúmeros pesquisadores tem produzido um corpo documental alargado sobre o papel dos diversos agentes responsáveis por esse colossal empreendimento, tanto de indivíduos e instituições organizados e patrocinados pelo Estado quanto por grupos independentes e desarticulados dos principais centros culturais e econômicos. Não é sem motivo que podemos identificar a circulação e transferência ecológica resultantes do processo de colonização europeia das Américas como uma das principais frentes da Primeira Era Global.

As motivações que justificavam esse complexo projeto de reconhecimento e transferência intercontinental da flora brasileira medicinal estavam intimamente relacionadas ao alto lucro proporcionado pela inserção de tais plantas no comércio ultramarino. Este é o caso da ipecacuanha (*Psychotria emetica* L.f., *Cephaelis ipecacuanha* [Brot.] A.Rich., e outras espécies). Como atestou Warren Dean em *A Ferro e Fogo*, a raiz dessa planta brasileira foi uma das espécies coloniais de maior expressão comercial no mercado europeu de drogas e remédios: em torno de quatro toneladas ao ano eram exportadas anualmente dos portos do Rio de Janeiro na virada do século XIX, chegando a 25 toneladas em 1860 (DEAN, 1996, p.146). Obviamente, o processo predatório utilizado em sua extração ao longo dos séculos, somado ao desmatamento de seu habitat natural,

refletiu negativamente na perpetuação da espécie, estando ela atualmente ameaçada de extinção (SILVA *et al*, 2019).

Além da questão comercial, é também relevante sublinhar que o contato com essa flora proporcionou a produção de novos saberes sobre a natureza. Desde a Antiguidade, passando por toda Idade Média, a História e Filosofia Natural europeia tiveram em Aristóteles, Dioscórides e Plínio referências inquestionáveis sobre o conhecimento da flora e fauna. Ao ingressarem em uma natureza radicalmente distinta da sua, os europeus viram-se forçados a questionar o conhecimento herdado dos autores clássicos, elaborando novas teorias baseadas na experiência e na observação direta sobre o mundo natural (GESTEIRA, 2013).

Assim, o presente estudo tem como objetivo lançar luzes sobre o processo de inserção da ipecacuanha na medicina europeia. O estudo cotejará a literatura médico-farmacêutica luso-brasileira em um alongado recorte temporal, abrangendo desde as cartas jesuíticas escritas ao longo do século XVI até os estudos botânicos portugueses do início do século XIX, referindo também fontes documentais francesas, inglesas e espanholas do século XVII e XVIII. Ao contrário do que se pode inicialmente supor, a inserção da ipecacuanha no cânone médico ocidental não deu-se de maneira uniforme ou linear. Pretende-se mostrar que o percurso de utilização médica desta planta na Europa está repleto de discontinuidades, redescobrimientos e, principalmente, intimamente relacionado a eventos históricos que estão além do mero reconhecimento de suas propriedades terapêuticas.

### **Ipecacuanha no período colonial**

Da família das Rubiáceas, a ipecacuanha é um arbusto com ampla distribuição nas florestas e matas úmidas da América do Sul, encontrada principalmente nos estados de Mato Grosso, Pernambuco, Pará, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Suas raízes e rizomas possuem alcaloides isoquinoleicos, celefina, psicotrina, metilpsicotrina e, principalmente, emetina na proporção que pode chegar de 60% a 75% dos elementos químicos ativos (CUNHA; ROQUE; SILVA, 2012, p. 406-407). Devido a sua emetina, o consumo provoca um forte reflexo de vômito, podendo também, em pequenas quantidades, ter efeito expectorante, mucolítico e obstipante (SILVA *et al*, 2019).

Seu uso terapêutico era altamente disseminado entre os povos originais do território brasileiros durante o período pré-colombiano. Era usada principalmente como purgante e antídoto geral contra envenenamentos. A tradição indígena indica que suas propriedades medicinais foram transmitidas pela irara (*Eira barbara*), mamífero da família dos mustelídeos, que habitam as florestas tropicais da América Central e América do Sul. Apregoa a lenda que os ancestrais dos nativos observaram nos ditos animais o costume de, após ingerirem água contaminada de algum

pântano, mascar as folhas e raízes da ipecacuanha, aprendendo dessa forma a indicação geral de seu uso (GURGEL, 2010, p.64).

As práticas médicas dos indígenas eram dramaticamente diferentes das europeias, o que causou um estranhamento mútuo no período imediato ao contato dessas sociedades. Aliando práticas espirituais e fitoterapêuticas, os indígenas praticavam um intrincado processo de cura que congregava desde rituais de expulsão de maus espíritos a utilização de plantas, animais e amuletos detentores de propriedades medicinais. Aos olhos dos primeiros europeus, originários de uma sociedade marcada pelo proselitismo cristão, esses processos ritualísticos não eram considerados legítimos e foram combatidos como expressões heréticas (EDLER, 2006, p. 18). Entretanto, as plantas que compunham o arsenal terapêutico indígena, assim como os métodos empregados em seu uso, foram objeto de um atento olhar dos viajantes, colonizadores e clérigos que estiveram na América portuguesa durante seus primeiros séculos de colonização europeia (ABREU; NOGUEIRA; KURY, 2018, p. 36). Como mostram suas cartas, ensaios e tratados, a sistematização do conhecimento natural do Novo Mundo passou de maneira preponderante pela assimilação do conhecimento indígena, conhecimento sem o qual seria impossível o processo colonizatório subsequente (MARQUES, 1999, p. 46-47; SANTOS; CONCEIÇÃO; BRACHT, 2014, p. 08-10).

Um dos primeiros europeus a escrever sobre seu uso terapêutico foi o padre José de Anchieta. Em carta datada de 1560 o jesuíta descreveu a ipecacuanha como uma planta “abundante no campo e utilíssima para a saúde”, sendo que sua administração “se bem que provoque o vômito com bastante violência, todavia bebe-se sem perigo de vida” (ANCHIETA, 1988, p. 137). Em *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, escrito ao longo da década de 1580, o também jesuíta Fernão Cardim foi mais prolixo ao descrever a morfologia da planta, a qual chamou de *Igpecacóaya*. Registrou Cardim que “esta erva he proveitosa para camaras de sangue<sup>1</sup>”, sendo que “sua haste he de comprimento de hum palmo, e as raízes de outro, ou mais” (CARDIM, 1978, p. 48). Para seu uso, Cardim diz que se aproveita a raiz moída diluída em água de forma que a solução fique a “serenar huma noite toda, e pela manhã se aquece a agua com a mesma raiz moída, e coada se bebe sómente a agua, e logo faz purgar de maneira que cessão as camaras de todo” (CARDIM, 1978, p. 48). O colonizador Gabriel Soares de Sousa também fez um relato próximo de Cardim sobre a ipecacuanha em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. No capítulo em que trata “das ervas de virtude que se criam na Bahia”, dentre outras plantas, Sousa afirmou que a ipecacuanha, a qual chamou de *pecuaém*, “tem grande virtude para estancar câmaras de sangue” (SOUSA, 1971, p. 207).

Apesar de serem essas as primeiras descrições europeias sobre a ipecacuanha, é importante

---

1 Câmara de sangue era o nome usualmente dado durante o século XVI para a diarreia hemorrágica.

sublinhar que o alcance delas, seja no período imediato a sua escrita ou nos séculos seguintes, foi extremamente limitado. Poucos foram os seus leitores até o final do século XIX e início do século XX, quando publicados por filólogos e historiadores que os redescobriram em fundos documentais, arquivos e bibliotecas. Um exemplo bastante ilustrativo dessa condição pode ser observado na trajetória do *Tratados da Terra e Gente do Brasil* de Fernão Cardim. Apesar de escrito no século XVI, apenas em 1925, graças aos esforços de Varnhagen e Capistrano de Abreu, a obra foi integralmente publicada (FERNANDES, 2009, p. 179). Até então, a primeira parte do texto havia sido publicada por Samuel Purchas no quarto volume de *Purchas his Pilgrimes* (1625) sob o título *A Treatise of Brazil written by a Portugall which had long lived there*, sendo creditado a autoria a Manoel Tristão. De fato, os eventos que levaram Purchas a publicar o texto são bastante singulares: não se sabe como, mas uma parte dos manuscritos de Cardim foram confiscados no final do século XVI por corsários ingleses, sendo posteriormente vendidos a Purchas. Uma vez em suas mãos, e desconhecendo a autoria ou procedência exata do manuscrito, o inglês encontrou em meio aos documentos uma assinatura onde lia-se Manoel Tristão, pensando assim ser esse o autor dos documentos em sua posse. Na verdade, Manoel Tristão era enfermeiro do Colégio da Bahia, contemporâneo a Cardim e com quem provavelmente negociou medicamentos. O engano persistiu por séculos, sendo solucionado apenas no final do século XIX, quando Capistrano de Abreu reivindicou ao padre Fernão de Cardim a autoria do texto (AZEVEDO, 2009, p. 25).

Entretanto Cardim é uma exceção no que toca à circulação de seus escritos. As cartas de Anchieta, assim como as de outros Jesuítas, conheceram poucos leitores. O Tratado de Gabriel Soares de Sousa, bem como as obras de outros colonizadores e cronistas da América portuguesa, também foram lidas por um número reduzido de indivíduos antes de serem esquecidas por séculos em arquivos e bibliotecas portuguesas. Como pontuou José Pedro Sousa Dias, o esquecimento imposto a essas fontes documentais pode ser explicado quando considerados os objetivos inerentes a sua produção (DIAS, 2003, p. 318). Concentrados seus esforços na evangelização das populações indígenas, a divulgação científica da fauna e flora brasileira, ao menos no contexto quinhentista, não estava no horizonte de interesses dos clérigos e jesuítas do Brasil. Homens como Gabriel Soares de Sousa, produtores de um extenso corpus documental sobre a natureza do Novo Mundo, tiveram a publicação de suas obras sumariamente impedidas pela Coroa, que não desejava divulgar as potencialidades econômicas de sua Colônia.

Assim, ainda que muitas plantas brasileiras tenham sido inicialmente descritas nas cartas, tratados e crônicas portuguesas do século XVI, quase sempre esse conhecimento seminal não refletiu na transposição e uso em larga escala de tais plantas na Europa. Em muitos casos, existem grandes lacunas temporais entre o primeiro contato dos portugueses com plantas brasileiras de

interesse médico e sua definitiva assimilação ao receituário médico-farmacêutico europeu. A ipecacuanha é apenas um desses exemplos. A calumba, o bálsamo da copaíba, a parreira-brava, a raiz de mil-homens, a orelha de onça e tantas outras precisaram ser “redescobertas” pela medicina europeia através de outras mãos que não a dos portugueses.

A natureza da América portuguesa conheceu uma melhor difusão apenas no século seguinte através do trabalho de George Marcgraf (1610 – 1644) e Guilherme Piso (1611 – 1678). A *Historia Naturalis Brasiliae* (1648), assinada pelos dois naturalistas a serviço da Coroa holandesa, foi a obra que pela primeira vez, de maneira ampla e com maior consistência, deu notícia à Europa sobre a natureza brásilica (EHRENPREIS, 2015, p. 78-86). A vinda dos naturalistas ao Brasil ocorreu durante a ocupação da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no litoral nordeste, que esteve sob o comando do Conde Maurício de Nassau (1604-1679), a quem a obra é dedicada. Ricamente ilustrado, em suas páginas são encontrados uma série de gravuras sobre as plantas, peixes, insetos, mamíferos e répteis do Brasil, que por serem de todo desconhecidos na Europa, foram recebidos com grande curiosidade entre os naturalistas. A obra tem especial ênfase nas propriedades medicinais destes animais e plantas, além de relacionar as patologias as quais os colonos estavam vulneráveis. A importância da *Historia Naturalis Brasiliae* para a comunidade intelectual europeia atravessou os séculos, sendo a principal fonte de conhecimento sobre a natureza brasileira até o princípio do século XIX. Ainda que a produção de conhecimento sobre o território brasileiro – seja com maior ou menor intensidade, empreendida pela Coroa, Igreja, grupos privados ou ação individual – tenha ocorrido de maneira incessante durante todo o período de colonização, nenhuma obra produzida até então se assemelhou ao trabalho holandês.

Na breve descrição sobre a ipecacuanha, que acompanha a sua primeira ilustração conhecida, Piso e MarcGraf tratam inicialmente de sua morfologia, apontando que ela era uma planta “de dez palmos de comprimento”, de casca “avermelhada como a de um *Tormentillae*”<sup>2</sup> e que de suas flores saem bagas vermelhas “como das cerejas silvestres”. Sobre sua dispersão, afirmaram que ela “ama florestas úmidas” sendo impossíveis de se cultivarem fora de seu habitat natural, visto que “trazidas ao jardim não crescem” justamente por seu “amor as florestas”. Sobre o uso medicinal, disseram que deveria ser “macerada em um copo de vinho misturado com água [...] fervido suavemente” devendo ser tomada pela manhã. Uma vez ingerida, suas propriedades provocavam ao indivíduo “vômito & purga” de maneira a melhorar o estômago (MARCGRAF e PISO, 1648, p. 17)

---

2 Possivelmente Piso e Marcgraf estão comparando a ipecacuanha com a *Potentilla erecta*, planta da família da Rosaceae com ampla distribuição em climas temperados.

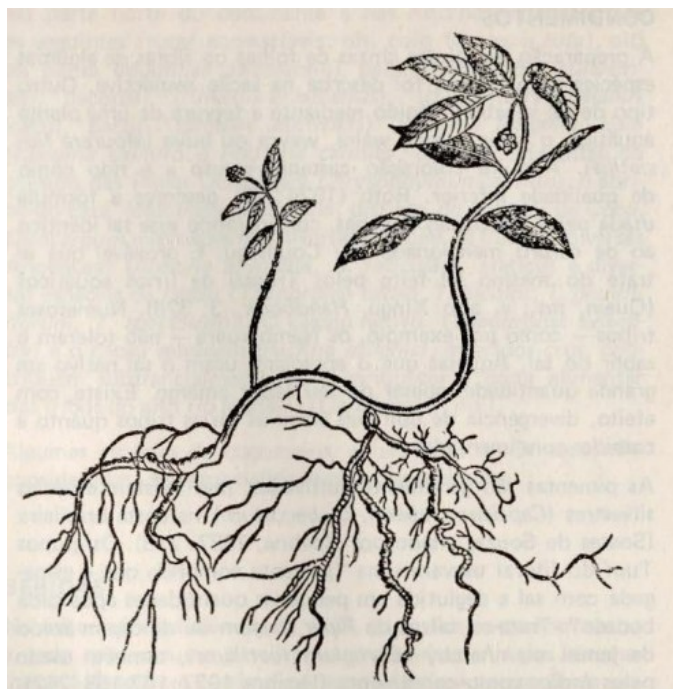


Ilustração da ipecacuanha em *Historia Naturalis Brasiliae*

### **Ipecacuanha ganha o mundo**

Ainda que os excertos acima atestem suas potencialidades medicinais, a ipecacuanha foi pouco utilizada pela medicina europeia até os fins do século XVII. Ao ser usada para curar o delfim da França, Luís de Bourbon (1661-1711), ela rapidamente ganhou popularidade, deixando de ser uma droga colonial desconhecida para transformar-se em item procurado com avidez entre médicos e boticários por toda a Europa. Sua mudança de status começa em 1672, quando um desconhecido viajante de nome *Legros* leva à Paris algumas amostras de ipecacuanha. Oito anos depois os registros da cidade indicam que um mercador de nome Garnier estava em posse de 150 libras da raiz, passando a divulgar entre os médicos e boticários da cidade o poder da exótica planta (DRUETT, 2001, p. 61-62; GRIEVE, 2014, p. 433). No mesmo ano o então desconhecido médico Jean-Adrien Helvetius (1661-1727), por meio de um remédio secreto a base de ipecacuanha, consegue o feito que mudaria sua vida: cura o filho de Luís XIV (1638-1715) de uma forte disenteria (DIAS, 2003, p. 318). Ao cair nas graças do Rei Sol após a cura o herdeiro da coroa francesa, Helvetius ganha projeção profissional e prestígio: torna-se médico pessoal do Duque d'Orleans e inspetor do Hospital Général e do Hotel-Dieu (BOUMEDIENE, 2016, p. 228). Em 1688, após receber a suntuosa soma de 1000 *loius d'oro* do Rei para revelar a fórmula de seu remédio, Helvetius publica *Remède contre le cours du ventre*, onde narra a cura do filho de Luís XIV e torna pública as virtudes terapêuticas da ipecacuanha.

Se a ipecacuanha alavancou a projeção profissional de Helvetius, fazendo o médico ser

reconhecido internacionalmente, o mesmo aconteceu com ela própria. De uma planta colonial até então desconhecida, as propriedades médicas atribuídas a sua administração foram tema de inúmeras publicações, tratados e obras ao longo do século XVII e XVIII. Em *Traité de la Peste* (1721), o famoso médico Jean-Jacques Manget (1652-1742) sublinhou que, tendo em conta suas propriedades purgativas, a raiz brasileira era uma das plantas mais indicadas para o tratamento contra a peste (MANGET, 1721, p. 301-302). Em *Traité universel des drogues simples* (1698), Nicolás Lémery (1645-1715) a chamou de *Mine d'or*, tanto por suas qualidades terapêuticas como por ser proveniente da região das minas de ouro da Colônia portuguesa no Brasil (LÉMERY, 1698, p. 387). Por fim, em *Chymie hydraulique pour extraire les sels essentiels des végétaux, animaux & minéraux* (1746), o médico Claude-Toussaint Marot de La Garaye (1675-1755) revelou como produzir o sal essencial da ipecacuanha através da decantação do pó de sua raiz em uma solução aquosa, qual considerou “un des meilleurs remedes de la Médecine” (LA GARAYE, 1746, p.132-135).

Com efeito, entre o final do século XVII e começo do século XVIII, além da ipecacuanha, a literatura médico-farmacêutica francesa registra um aumento expressivo do uso de plantas medicinais portuguesas e de suas Colônias. Entretanto, para além da projeção que as drogas coloniais brasileiras tiveram após a cura do filho de Luís XIV, é importante sublinhar que condições políticas favoráveis também cooperaram para o aumento desse interesse. Primeiramente, Marie Françoise Élisabeth (1646-1683), bisneta por bastardia de Henrique IV de França, tornou-se Rainha Consorte de Portugal sob o nome de D. Maria Francisca de Saboia em 1666, o que acarretou em uma maior aproximação diplomática dos dois países. Um dos reflexos dessa aproximação foi um incremento do dinamismo comercial, o que repercutiu no incremento nas exportações de drogas coloniais brasileiras à França (DIAS, 2003, p. 319). O mesmo período também coincide com a passagem por Portugal de dois dos mais importantes naturalistas franceses: Joseph Pitton de Tournefort (1656-1708) e Antoine de Jussieu (1686-1758). Ambos desempenharam um papel expressivo na exploração e catalogação da flora existente em Portugal, fazendo chegar em França um grande volume de informações tanto da flora ibérica quanto das drogas coloniais ali usadas (CARVALHO, 1987, p. 20).

Além da França, publicações sobre as propriedades terapêuticas da ipecacuanha podem ser encontradas por toda Europa ao longo dos séculos seguintes. Em Espanha, a ipecacuanha, também foi chamada de bejuquillo, e foi importada das Américas em grande quantidade. Em *Explicacion de la naturaleza, principios, virtudes, usos y dosis de las preparaciones y composiciones de la farmacopeia de España* (1807), Don José María de la Paz Rodríguez, professor de Medicina e Química de Talavera de la Reina, afirmou que a raiz “se encuentra por lo comum en las Boticas”



(PAZ RODRIGUEZ, 1807, p. 103), o que atesta o uso disseminado entre os farmacêuticos espanhóis. O mesmo pode ser visto no *Reglamento y Aranceles Reales para el Comercio Libre de España a Indias* (1788), texto real com o intuito de flexibilizar o monopólio comercial entre os mercadores da Espanha e suas Colônias, que tece considerações sobre os impostos a serem cobrados por sua importação (1788, p. 233).

Possivelmente a família Salvador teve um papel fundamental para disseminação do conhecimento médico-farmacêutico sobre esta planta no território espanhol. Radicados na cidade de Barcelona, ao longo de três gerações os Salvador gozaram grande prestígio no seio científico europeu ao longo dos séculos XVII e XVIII (PARDO-TOMÁS, 2014). Em sua pesquisa doutoral sobre a correspondência epistolar e conteúdo das coleções particulares da família, a historiadora Julianna Morcelli Oliveros verificou o expressivo interesse de Joan Salvador i Riera (1683-1726) em melhor conhecer os usos terapêuticos da ipecacuanha, em especial no tratamento contra a peste (OLIVEROS, 2019, p. 164). Todavia, como sublinha a autora, o interesse de Joan Salvador em melhor conhecer a planta não significava que a planta lhe era totalmente desconhecida. Antes, e o que demonstra a proeminência científica da família, os Salvador possuíam previamente amostras da ipecacuanha na coleção natural que a família possuía (OLIVEROS, 2019, p. 171-172).

A ipecacuanha também apareceu na obra *Medicina palpable, y escuela de la naturaleza* (1743), escrita pelo médico Don Miguel Rodriguez, acadêmico da *Real Academia Médica Matridense* e sócio da *Regia Sociedad de Ciencias de Sevilla*. Grande parte da obra está disposta como um diálogo fictício travado entre o médico Bedulio, o sacristão Zenon e o boticário Roderico. Ao longo do texto, os personagens, que possuem visões distintas sobre a medicina, discutem sobre as melhores práticas médicas para diferentes doenças e formas de tratamentos. No primeiro capítulo, intitulado *Inquerease, se la Sangria es util, o inutil, sobra, ò falta en la Medicina?*, parte da discussão gira em torno das drogas que deveriam ser administradas ou não durante a sangria. Em dado momento do diálogo, o boticário Roderico afirmou, em tom irônico, que o bejuquillo “han doblado la cerviz no pocas disenterias” (RODRIGUEZ, 1743, p. 16).

Outra fonte que revela a popularidade da ipecacuanha nas boticas da Espanha é o *Advice to the Gentlemen in the Army of her Majesty's Forces in Spain and Portugal* (1708) de John Polus Lecaen. O principal objetivo do médico com sua obra era mostrar como as características geográficas e climáticas da Península Ibérica poderiam afetar a saúde dos soldados a serviço da Coroa Inglesa (CHARTES, 2013, p. 06-07). Além disso, em suas páginas também são encontradas informações relevantes sobre a população ibérica, suas principais cidades, características naturais e, em dada passagem, Lecaen expõem uma longa lista sobre as principais plantas medicinais utilizadas na Espanha. Entre as diversas plantas elencadas pelo autor, a ipecacuanha aparece em destaque,

contando também com sua ilustração debuxada ao final da obra. Afirmou Leecan que a ipecacuanha demonstra “extraordinary good success” no tratamento da disenteria, além de ser “highly commended by Dr. Herman” por suas qualidades terapêuticas (LECAAN 1708, p. 14).

O *Dr. Herman* citado acima por Lecaan é Herman Boerhaave (1668-1738), professor de medicina na Universidade de Leiden, teórico da iatromecânica e uma das personalidades médicas de maior destaque da primeira metade do século XVIII. Sua importância na prática médica do período foi tamanha que seus livros foram traduzidos e publicados em diversas línguas, mesmo um século após sua morte, influenciando também outras disciplinas contíguas a medicina, como a química e botânica (BURNS, 2003, p. 30-31). Em *Herman Boerhaave's Materia Medica*, Boerhaave recomendou a ipecacuanha como um dos melhores eméticos até então conhecidos, além de suas propriedades terapêuticas relevantes no tratamento da disenteria (BOERHAAVE, 1755, p. 151-152).

Uma das obras mais abrangentes sobre a ipecacuanha foi publicada pelo célebre matemático Gottfried Wilhelm von Leibniz (1646-1716). Em *Relatio de novo Antidysenterico Americano magnis successibus comprobato* (1696) Leibniz apresentou um extenso estudo sobre suas experiências com a raiz brasileira. Publicada pela Academia de Ciências Leopoldina, a obra é bastante singular quando comparada ao restante de sua produção intelectual, sendo essa a sua maior contribuição no campo médico. Ao longo da obra, Leibniz afirma ter conhecido a ipecacuanha através do *Historia Naturalis Brasiliae* de Piso e Marcgraf, além de ter entrado em contato com a publicação de Helvetius sobre suas propriedades médicas. Ademais, fica subentendido ao longo das páginas que Leibniz realizou testes nele próprio para atestar as qualidades terapêuticas divulgadas por Helvetius (SMITH, 2018, p. 493). Suas conclusões são de que, além do combate a disenteria, a ipecacuanha também era um poderoso emético, sudorífico (facilita a transpiração) e expectorante (no sentido de produzir saliva), de forma que sua administração revertia a males ligados ao trato intestinal, arterial e hepático (LEIBNIZ, 1696). Consciente da magnitude e profundidade científica de seu estudo, posteriormente argumentou ter sido ele o verdadeiro responsável pela inserção da ipecacuanha no receituário médico europeu. Para Leibniz, os contributos de Helvetius para esse fim foram bastante incipientes, tendo em vista que o médico francês apenas atestou as virtudes terapêuticas da ipecacuanha, não submetendo à raiz a um rigoroso estudo científico, como ele próprio fez (SMITH, 2018, p. 494).

Reconhecido por seus contributos à matemática, Leibniz estudou as propriedades medicinais da ipecacuanha movido não apenas por razões puramente científicas, mas principalmente por interesses pessoais. Como afirma Justin E. Smith, filósofo da ciência e um dos maiores especialistas sobre Leibniz, a deterioração de sua saúde por volta de 1690 marcou-o profundamente,

influenciando os caminhos que seu trabalho tomou a partir de então (SMITH, 2012, p. 387). Assim, seu interesse pela ipecacuanha também advém da vontade de restaurar sua saúde, buscando em remédios e plantas exóticas uma cura para as doenças que o acometiam.

Um ponto importante levantado por Leibniz em seu *Relatio de novo Antidysenterico Americano* refere-se ao então crescente interesse europeu em conhecer novas drogas advindas da América, África e Ásia, o que Londa Schiebinger identificou apropriadamente como bioprospecção. A bioprospecção de drogas durante a Época Moderna era um mercado extremamente lucrativo, que levava inúmeros homens a viajar até os rincões do globo em busca de plantas medicinais desconhecidas (SCHIEBINGER, 2004, p.73-75). Entretanto, a transferência intercontinental de espécies naturais médicas também era alvo de desconfiança de parte da comunidade médica europeia, cética dos poderes terapêuticos propagandeados sobre tais plantas exóticas. De fato, o experimentalismo como parte indissociável da prática científica estava em processo de consolidação, o que aumentava a descrença daqueles que não admitiam relevância medicinal fora do que foi registrado pelas obras clássicas da antiguidade. Ademais, para muitos, parecia inadmissível sustentar que drogas advindas das Colônias e usadas por povos indígenas pudessem ter resultados positivos entre europeus. Não obstante a essa visão, Leibniz não considerava legítimo lançar dúvidas sobre as virtudes terapêuticas de determinada droga unicamente por ela possuir origem colonial. Ao contrário, demonstrava estar interessado em assimilar o conhecimento independente de seu local de origem, reconhecendo o valor das práticas e espécies coloniais que era então divulgadas pela Europa (SMITH, 2018, p. 495-496).

Entretanto, nem todos adotaram a mesma posição de Leibniz durante o século XVIII. Analisando as publicações da *Philosophical Transactions*, o periódico científico da Sociedade Real de Londres, podemos perceber que a ipecacuanha, apesar da considerável dispersão na literatura médico-farmacêutico, foi alvo de críticas e ceticismos entre os médicos da Inglaterra.

Um dos primeiros textos a manifestar dúvidas sobre as propriedades terapêuticas da ipecacuanha, ainda no final do século XVII, foi assinado por Hans Sloane (1660-1753). Sloane foi importante médico e naturalista britânico e sucessor de Isaac Newton (1642-1726) na presidência da instituição, posição essa que ocupou de 1727 à 1741. Em *Of the Use of the Root Ipecacuanha for Loosenesses* (1698), Sloane traduz uma carta francesa de autoria não identificada, mas onde a ipecacuanha é descrita como um elixir poderoso contra os males do estômago, seja administrada oralmente ou por clister. Todavia, Sloane registra que, em sua opinião, “the root mentioned in the foregoing paper, is not so infallible a remedy for fluxes, as is pretended” (SLOANE, 1698, p. 78). Não obstante, ainda que não compartilhe o mesmo entusiasmo que os médicos do país vizinho sobre a ipecacuanha, ele acredita que seu uso não deveria ser de todo descartado. Antes, a sua aplicação

caberia ao julgamento dos médicos britânicos, que a partir de suas próprias experiências e observações sobre a planta, definiriam até que ponto sua administração poderia ser prejudicial ou útil ao processo de cura (SLOANE, 1698, p. 78).

Ao final do texto, ao listar a bibliografia então disponível sobre a planta, Sloane escreve que a primeira notícia publicada sobre a ipecacuanha em Inglaterra aparece no livro *Purchas his Pilgrimes* (1625), o que, como anteriormente relatado, vem a ser parte do *Tratados da Terra e Gente do Brasil* de Fernão Cardim. Sloane registra que, na obra de Purchas, a droga em questão aparece sob o nome de *Igpecaya* ou *Pigaya*, o que além de apresentar semelhança na grafia, também era indicada para o tratamento dos fluxos intestinais; o que fez Sloane deduzir ser a mesma planta (SLOANE, 1698, p. 79).

Igualmente cético sobre as qualidades medicinais amplamente alardeadas da ipecacuanha, o médico escocês William Cockburn (1669–1739) defende em *A Discourse Concerning the Difficult of Curing Fluxes* (1731) que a ipecacuanha era de maneira indiscriminada e inconsequente utilizada nos territórios franceses, onde os médicos a prescreviam para todos os casos de disenteria, inclusive à aqueles o qual ela era prejudicial. Afirma Cockburn que em casos como de uma diarreia hemorrágica aguda, a ação da ipecacuanha é extremamente nociva, levando o doente a um agravamento de seu caso clínico (COCKBURN, 1731, p. 386-387). Para ele, o mau uso da ipecacuanha, ocasionado por sua popularização repentina após a cura do delfim da França, seguia o modelo de outras drogas que, apesar de possuírem positivas qualidades medicinais, foram tão erroneamente utilizadas que sua utilização “(...) have been lost, because they were not understood” (COCKBURN, 1731, p. 385-386). Assim, como Hans Sloane, Cockburn criticou a supervalorização das qualidades medicinais atribuídas a ipecacuanha, mas sem com isso deslegitimar por completo seu uso medicinal.

Todavia, ainda que os dois autores acima mencionados apresentem críticas, o uso da ipecacuanha também foi recebido de maneira positiva por outros médicos e naturalistas britânicos, o que pode ser verificado pela existência de diversos estudos sobre suas qualidades terapêuticas. Entre tais reportes, consta *A Catalogue of Such Foreign Plants as Are Worthy of Being Encouraged in the American Colonies* (1770), escrito pelo naturalista irlandês John Ellis. No artigo, publicado na *Transactions of the American Philosophical Society*, o naturalista listou uma série de espécies vegetais que julga ser necessário cultivar na nas colônias inglesas do Novo Mundo. Entre tais plantas, encontra-se a ipecacuanha, também denominada pelo autor como raiz brasileira, a qual considera “very useful in medicine, and worthy of our attention to propagate it in our West-India islands” (ELLIS, 1770, p. 266). Também é digno de nota o curioso relato do médico irlandês Samuel Crumpe (1766–1796), que em *History of a Case in Which Very Uncommon Worms Were*

*Discharged from the Stomach* (1791) narra que entre Novembro de 1788 à Setembro de 1789 socorreu uma jovem de 26 anos com um severo caso de vômitos hemorrágicos incessantes. Ao longo do tratamento, o qual entre as drogas administradas incluía a ipecacuanha, a paciente expeliu entre 13 de Agosto e 3 de Setembro inúmeros vermes de seu sistema intestinal (CRUMPE, 1791, p. 61).

Em outras publicações da *Philosophical Transactions* a ipecacuanha também aparece de maneira positiva. No artigo *A Short Account of the Different Kinds of Ipecacuanha* (1729/1730), assinado por Dr. James Douglas (1675-1742), que utilizou o estudo anteriormente citado de Hans Sloane como suporte teórico, o autor identifica quatro tipos distintos da raiz de ipecacuanha, as quais se distinguem entre si pela cor que possuem: preta, marrom, cinza ou branca. Para Dr. Douglas, ainda que as diferenças na coloração da raiz não signifiquem necessariamente que as mesmas pertencerem a espécies diferentes, ele ressalta que as propriedades medicinais encontradas entre as quatro são completamente diferentes, sendo a cinza a mais indicada para a fabricação medicamentosa (DOUGLAS, 1729/1730, p. 155).

### Ipecacuanha nas fontes portuguesas

Ainda que amplamente divulgada na literatura médico-farmacêutica europeia, descrita e estudada por personalidades como Boerhaave e Leibniz, a ipecacuanha não recebeu notoriedade equivalente em Portugal. A ausência de estudos sobre a ipecacuanha em Portugal é surpreendente devido ao fato do país estar intimamente ligado a ela através da colonização do Brasil, como muitas fontes citam (LÉMERY, 1698, p. 388; LEIBNIZ 1696, p. 9; SLOANE, 1698, p. 79; BOERHAAVE, 1755, p. 151). O primeiro estudo robusto publicado sobre a ipecacuanha ocorreu apenas em 1801, mais de um século após a enorme publicidade que a planta recebeu com a cura do filho de Luís XIV. Intitulado *Memoria Sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil, ou Cipó das Nossas Terras*, assinado por Bernardino Antônio Gomes (1768-1823) e publicado pela Casa Literária do Arco do Cego<sup>3</sup>.

O papel de Bernardino Antônio Gomes na prospeção e análise das potencialidades terapêuticas da flora brasileira foi imenso. Médico de formação, Gomes foi o primeiro a isolar a *cinchonina*, substância extraída da árvore da quina e utilizada desde o século XVII no tratamento

3 A Idealizada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), a tipografia e casa literária do Arco do Cego tinha como objetivo publicar e divulgar obras que estimulassem o progresso tecnológico-científico em Portugal e suas possessões ultramarinas, principalmente a Colônia do Brasil. Para tanto, o foco do Arco do Cego eram áreas do conhecimento consideradas então pouco desenvolvidas no país, como a Agronomia e História Natural. Apesar do curto espaço de tempo que esteve ativa, em torno de 28 meses, a Casa Literária do Arco do Cego publicou mais de oitenta títulos, grande parte deles voltados a questões relacionadas à História Natural do Brasil. Para mais informações, ver estudo “Das Memórias do Arco do Cego: divulgação científica na América portuguesa do século XVIII” (2008) de Christian Fausto Moraes dos Santos.

contra o paludismo, sendo por isso reconhecido mundialmente. Em sua trajetória profissional, recorrentemente afirmou que Portugal não explorava racionalmente as capacidades econômicas de suas Colônias por não promover pesquisas científicas suficientes no reconhecimento de suas espécies naturais e propriedades médicas. Sobre a ipecacuanha, Gomes entende que sua *Memoria Sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil* serviria principalmente para esclarecer as dúvidas que há séculos pairava sobre o seu correto uso médico (FERRAZ; ALFONSO-GOLDFARB; WAISSE, 2012, p. 185). Ao longo de suas páginas, Gomes relata que existem dois tipos de ipecacuanha: a branca e a cinza (considerando a primeira falsa). Entre suas qualidades medicinais, Gomes atesta que a ipecacuanha é “emetica, antipasmódica, expectorante, diaforetica, e antidoto do opio” (GOMES, 1801, p. 18). No anexo de sua obra, se destaca uma imagem de grandes dimensões da ipecacuanha, sendo suas principais partes morfológicas nomeadas pelo autor.

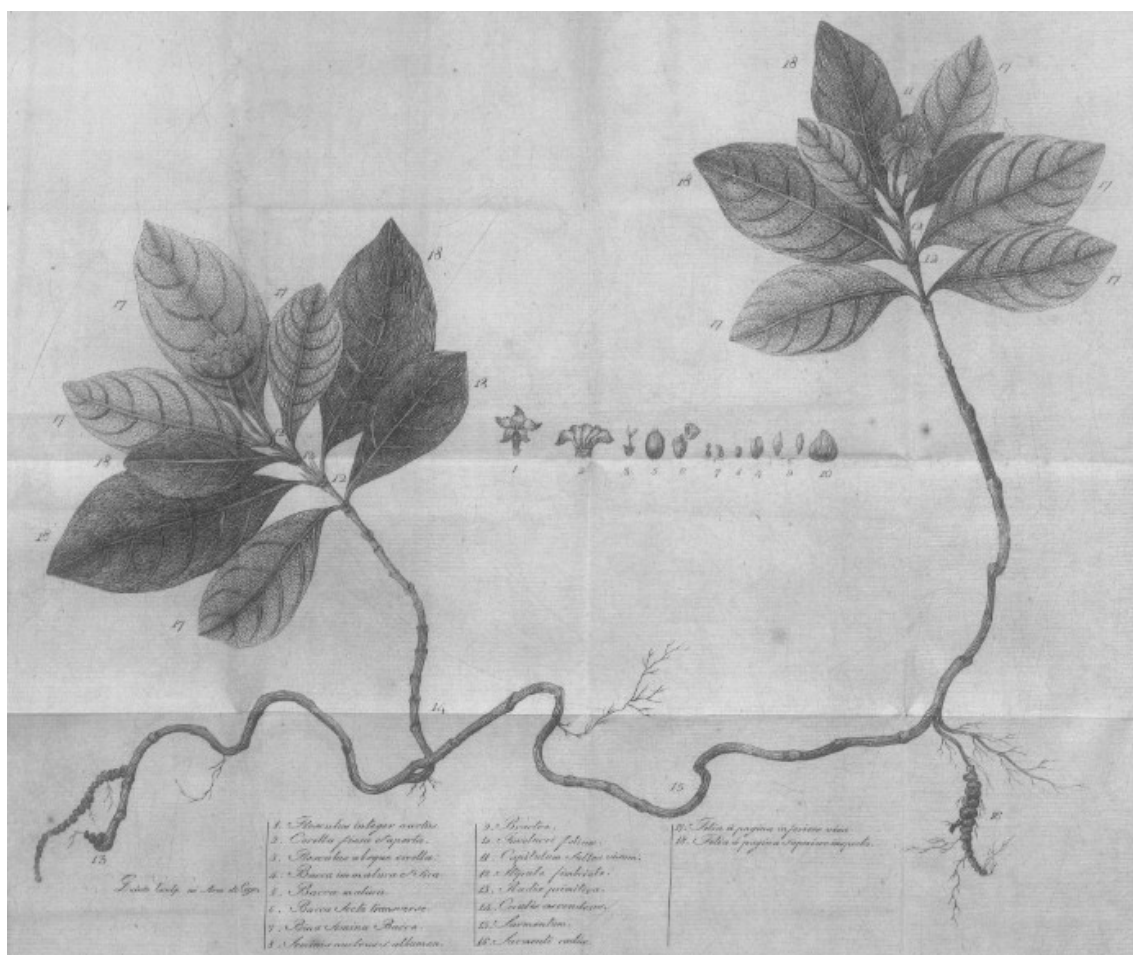


Ilustração da ipecacuanha debuxada no anexo do *Memoria Sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil, ou Cipó das Nossas Terras*

O botânico Félix Avelar Brotero (1744-1828) também contribuiu com o estudo e divulgação científica da espécie no início do século XIX, além de iniciar uma contenda com Gomes que se arrastaria durante os anos seguintes. Em 1801, Brotero apresentou à Sociedade Linneana seu estudo

sobre a ipecacuanha, intitulado *Description of Callicoca ipecacuanha*, apresentação essa publicada em latim no ano seguinte pelo periódico da instituição. No entanto, como denunciou Gomes, a apresentação de Brotero se assemelhava de sobremaneira ao *Memoria Sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil*, especialmente nas descrições morfológicas da planta. Em seu texto Brotero de fato informou não ter efetuado análises *in loco* da planta, utilizado para sua descrição morfológica o trabalho de outros autores, entre os quais se encontrava Gomes. Ainda assim o médico tomou a publicação de Brotero como um plágio, levando a questão para a justiça. A querela entre Gomes e Brotero acabou por ser apaziguada anos depois, sendo decidido que ambos os autores deveriam ser citados como responsáveis pela identificação e classificação científica moderna da ipecacuanha (FERRAZ; ALFONSO-GOLDFARB; WAISSE, 2012, p. 192).

Todavia, para além de possíveis polêmicas sobre a classificação da planta, a ipecacuanha apareceu em poucas obras de interesse médico-farmacêuticas anteriores a Gomes e Brotero. Uma das poucas exceções foi o panfleto intitulado *Memorial de Vários Simples que da India Oriental, da América e de outras partes do Mundo vem ao nosso Reino*, não datado, mas possivelmente publicado nos primeiros decênios do século XVIII e assinado pelo célebre médico João Curvo Semedo. Ao longo do panfleto, o autor apresenta uma série de plantas originárias da América, Ásia e África, como a calumba, bálsamo de copaíba, butua, raiz de mil-homens e orelha de onça. Entre estas plantas, está a ipecacuanha, que Semedo chamou de *raiz de cypó*. Sobre sua morfologia, Semedo relatou que “chama o gentio da America de Picaquanha, que he o mesmo, que dizer Pica de cão” (SEMEDO s/d, 12). No entanto, a tradução de Semedo do nome indígena da planta, ainda que se aproxime, não corresponde com a realidade. Com efeito, o nome ipecacuanha vem do tupi *ipega'kwãï*, que pode ser traduzido para *falo de pato*<sup>4</sup> (FERREIRA 1986, 966). Ao invés de um improvável conhecimento de parte termo indígena para ipecacuanha, acredito que Semedo indicou *pica de cão* como origem do nome em tupi da planta por uma mera associação de palavras, sendo também possível a forma fálica da raiz ter desempenhado algum papel em sua conclusão. De toda forma, tal indicação etimológica aparece somente na obra de Semedo.

Além do panfleto de Semedo, as farmacopeias são outra exceção entre as publicações médico-farmacêuticas portuguesas do século XVIII que versaram sobre as propriedades medicinais da ipecacuanha. Impressas em grande número durante o período, elas são a forma mais consistente de publicação médica portuguesa iluminista. Todavia, é importante perceber que quando confrontamos as informações sobre a ipecacuanha contidas nas páginas dessas farmacopeias, percebemos que o conteúdo apresentado é significantemente díspar. Tanto com relação a sua

4 Uma outra tradução possível é apresentada por Cristina Gurgel em *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. Afirma a autora que ipecacuanha é originária da expressão tupi i-pe-kaaguéne, que significa “planta de doente de estrada” (GURGEL, 2010, 64).

morfologia quanto a respeito de sua indicação terapêutica. Essas diferenças, quando analisadas temporalmente, refletem de maneira direta o desenvolvimento e profissionalização do campo farmacêutico em Portugal ao longo do período. De um campo de conhecimento altamente dependente da tutela médica, a farmácia passa a afirmar sua independência gradativamente a partir do século XVIII. Dessa forma, as mudanças verificadas nas páginas das farmacopeias sobre os usos da ipecacuanha, possibilitam perceber não apenas o desenvolvimento do conhecimento dos boticários portugueses sobre a planta brasileira, mas também o amadurecimento da profissão ao longo do século.

Droguista francês radicado em Lisboa e autor da segunda farmacopeia escrita em língua portuguesa nos setecentos, a *Pharmacopea Ulyssiponense* (1716), João Vigier redigiu de maneira substancialmente sucinta seus conhecimentos sobre os usos da ipecacuanha. Sobre a morfologia da planta, apontou que essa se constituía como “huma pequena raiz, que nos he trazida de varias partes da America, há de tres especies, escura, cinzenta, branca” (VIGIER, 1716, p. 424). Sobre as três espécies descritas, Vigier afirmou ser a de cor negra a que apresentava maior eficiência em sua propriedade terapêutica. A respeito dos usos médicos, seu uso estava indicado para a cura da disenteria devido sua capacidade “purgativa, adstringente, faz vomitar” (VIGIER, 1716, p. 424).

O boticário Manuel Rodrigues Coelho, autor da *Pharmacopea Tubalense* (1735), utiliza da mesma nomenclatura de Semedo para tratar da ipecacuanha: *raiz do cypó*. Entre os outros nomes que a referida planta era conhecida, Rodrigues Coelho registra “specacuanha, hypencaunna, bexuquillo, bexuquelba, cogosanga, beculo, beloculo, e radix brasiliensis” (COELHO, 1735, p. 272), abarcando assim nomes em diversos vernáculos europeus, como espanhol e italiano, além do latim. Com relação as suas espécies, ao contrário de Vigier, que identificou apenas três, Rodrigues Coelho afirmou existirem um total de quatro espécies: branca, cinza, cinza para vermelho e negra. Mesmo diferentes em cores, todas eram remetidas a Portugal por seus portos coloniais, “principalmente Rio de Janeiro” (COELHO, 1735, p. 272). Acerca de suas propriedades terapêuticas, Rodrigues Coelho afirmou ser um dos melhores remédios contra a disenteria, fazendo purgar “tanto por vômito, e curso” (COELHO, 1735, p. 272), ou seja, tanto pela sua capacidade emética quanto pelo efeito purgante.

Autor da *Pharmacopea Dogmatica* (1772), o última publicação farmacêutica assinada por um clérigo em Portugal durante o século XVIII, o frei beneditino João de Jesus Maria também se referiu a ipecacuanha primeiramente pelo seu nome em espanhol: *bexuguillo*. Em seguida, registrou que a mesma também é conhecida pelos seus sinônimos “ipecacuanha Offic., Radix Dysenterica, sive Cypo” (JESUS MARIA, 1772, p. 73). Quando comparada as demais descrições da



ipecacuanha, a feita pelo frei beneditino é significativamente maior e mais complexa. Nas parágrafos que dedica à raiz medicinal, o autor abordou seus aspectos morfológicos e características terapêuticas de suas diferentes espécies. A respeito das características físicas, o autor da *Pharmacopea Dogmatica* assinala que a ipecacuanha é “torcida, e algum tanto dura, e densa raiz aspera”, que “se propaga nos sombrios sitios, e jardins particularmente no Perú, e Brasil” (JESUS MARIA, 1772, 73). Assim como os autores anteriores, Jesus Maria distingue as espécies de ipecacuanha a partir das diferentes cores que apresentava. Para tanto, afirmou que são três as espécies: fusca, cinzenta e branca, sendo essa última e menos recomendada na farmácia, visto que “não se encontra o vigor de excitar cursos, nem vomitos” (JESUS MARIA, 1772, p. 73). Sobre as outras duas, Jesus Maria pontuou ser a cinzenta proveniente do Perú, enquanto a fusca originária do Brasil. Ao final, o frei beneditino copia uma receita a base do pó da ipecacuanha, cozimento de folhas de marmeleiro e tanchagem (*Plantago major*) e gelatina de ponta de veado, indicada para “epidemicas, e malignas dysenterias” (JESUS MARIA, 1772, p. 74).

Médico proeminente e lente da Universidade de Coimbra, Francisco Tavares foi o autor da última farmacopeia portuguesa publicada em setecentos, a *Pharmacopeia Geral para o Reino, e Domínios de Portugal* (1794). É importante perceber como, em suas páginas, Tavares foi significativamente mais sucinto em suas descrições sobre a ipecacuanha. Ademais, também contrasta com as demais farmacopeias o fato de sua obra não fazer menção sobre as propriedades médicas da ipecacuanha, ou ainda contra qual doença o seu uso é indicado.

No tomo primeiro de sua farmacopeia, *Elementos de Pharmacia*, o médico apresenta a planta em apenas uma única passagem, e ainda assim muito brevemente. Ao tratar sobre a forma como os pós de uso médico deveriam ser produzidos pelo boticário, Tavares sublinhou que “da ipecacuanha, ou raiz de cipó, he melhor aproveitar somente a casca, e rejeitar o miolo lenhoso, e branco” (TAVARES, 1794, p. 24). No segundo tomo, intitulado *Medicamentos simples, preparados e compostos*, ao abordar os diversos simples então utilizados nas boticas portuguesas, afirmou existirem duas espécies da raiz: a primeira, a qual chama de ipecacuanha cipó, afirmou ser originária do Brasil e México; a segunda, a ipecacuanha branca, natural do Brasil. Em ambas espécies, afirmou o médico possuírem cheiro um tanto enjoativo, gosto acre, um pouco aromático e amargo (TAVARES, 1794, p. 65). Em um segundo momento ainda no segundo tomo, passagem onde estão compilados uma série de medicamentos compostos, Tavares apresentou dois medicamentos em que a ipecacuanha figurava entre as matérias-primas. O primeiro, *pos d'ipecacuanha com opio*, ou *pós de Dover*, produzido com o pó de raiz de ipecacuanha (quantidade não especificada), uma oitava de ópio purificado e uma onça de alcali vegetal (TAVARES, 1794, p. 199). Ainda que não seja explicitado por Tavares em seu texto, sabe-se que a administração da

ipecacuanha combinada com o ópio era uma prática originária na Inglaterra, tendo como objetivo provocar suores e eliminar toxinas presentes no sangue<sup>5</sup> (WEATHERALL, 2009, p. 216). A segunda receita é a do *vinho de ipecacuanha*, que se prepara diluindo duas onças de pó de raiz de ipecacuanha em duas libras e meia de vinho branco, filtrando após o sexto dia (TAVARES, 1794, p. 220).

É importante pontuar que a ausência de descrições mais extensas sobre as propriedades médicas da ipecacuanha na obra de Francisco Tavares se justifica pelos objetivos que a publicação possuía, objetivos esses dramaticamente distintos das farmacopeias anteriormente relatadas. Enquanto as farmacopeias de João Vigier, Manoel Rodrigues Coelho e João de Jesus Maria podem ser classificadas como farmacopeias não-oficiais, a *Pharmacopeia Geral* foi imposta pela Coroa como a farmacopeia oficial do Reino, devendo todos os boticários do país e dos domínios ultramarinos possuir um exemplar da mesma. Essa situação se inscrevia em um desejo da Coroa em impor normas estritas sobre as profissões médicas, o que era justificado pela compreensão - que não era original do período, mas nele apresentou maior solidez - de que a saúde era uma das condições elementares para o desenvolvimento nacional (PITA, 1996, p. 204). Nesse sentido, fazia-se importante delimitar o campo de atuação boticário, normatizando suas ações profissionais com o intuito de garantir a qualidade da atuação dos profissionais farmacêuticos nos territórios portugueses. Assim, a *Pharmacopeia Geral* deixava implícito em suas páginas que a atuação dos boticários estava limitada ao conhecimento técnico das preparações medicamentosas, cabendo ao médico o conhecimento - e consequentemente, controle - das propriedades terapêuticas dos simples e compostos medicinais.

### Considerações finais

Descrita em cartas, obras médicas, tratados botânicos e farmacopeias publicadas ao longo de mais de dois séculos, a trajetória do uso médico da ipecacuanha foi caracterizada pela continuidade em sua indicação terapêutica. Descrita por viajantes e jesuítas do primeiro século de colonização europeia como remédio útil no tratamento das disenterias, tal indicação médica perpetuou-se nos períodos posteriores. Tendo em conta essa condição, há de se sublinhar duas constatações: a primeira, de que doenças do trato intestinal, que comumente provocavam fortes disenterias, eram ameaças constantes à manutenção da saúde dos indivíduos ao longo da época Moderna. Em

---

5 O médico britânico Thomas Dover foi um dos primeiros a utilizar a ipecacuanha e o ópio em um mesmo fármaco. As qualidades terapêuticas de tal droga foi exaltada no verso anônimo publicado em 1923 pelo Hospital de São Bartolomeu, em Londres: *Oh, Dover was a pirate and he sailed the Spanish Main./ A hacking cough convulse him; he had a agonising pain./ So he mixed hisself a powder which he liked it more and more./ Ipecac. and opium and K<sub>2</sub>SO<sub>4</sub><sup>2</sup>.* (apud WEATHERALL, 2009, p. 217). Devido a esse motivo, costumou-se chamar de *Dover's Powder* o remédio a base de ipecacuanha e ópio utilizado como sudorífico no combate a febres diversas.

segundo lugar, a continuidade da terapêutica associada à ipecacuanha, que data os primeiros contatos dos europeus com a flora medicinal brasileira, ainda que com adaptações e inclusões de outras indicações terapêuticas pontuais nos séculos seguintes, demonstra que práticas médicas marcadamente indígenas sobreviveram e se perpetuaram em um regime de hibridismo quando associados à medicina europeia do período. Assim, são fluidas e porosas as fronteiras que separam a medicina colonial, medicina europeia e medicina indígena; sendo possível afirmar que no caso da ipecacuanha, essas fronteiras nem mesmo podem ser delimitadas concretamente.

Por fim, quando analisamos a forma como a ipecacuanha foi assimilada pela medicina europeia, percebemos que conhecimento de suas propriedades terapêuticas ainda no século XVI não representou sua efetiva adoção pelos médicos e boticários nos séculos seguintes. Antes, sua popularização esteve intimamente relacionada à cura do delfim da França. Toda a publicidade que a ipecacuanha experimentou após este evento a transformou, no curso de poucas décadas, em uma das plantas coloniais mais procuradas pela medicina europeia.

## **Bibliografia**

- ABREU, J. L. N.; NOGUEIRA, A.; KURY, L. Na saúde e na doença: enfermidades, saberes e práticas de cura nas medicinas do Brasil Colonial (séculos XVI-XVIII). In: TEIXEIRA, L. A.; PIMENTEL, T.; HOCHMAN, G. (orgs.). *História da Saúde no Brasil*. 1ed. São Paulo: Hucitec, p. 26-66. 2018.
- ANCHIETA, José de. *Cartas Jesuíticas 3 - CARTAS Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. Belo Horizonte, São Paulo: Editora Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- AZEVEDO, Ana Maria de. Introdução. In: CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. São Paulo: Hedra, 2009.
- BOERHAAVE, Herman. *Herman Boerhaave's Materia Medica, Or the Druggist's Guide, and the Physician and Apothecary's Table Book*. London, 1755.
- BOUMEDIENE, Samir. *Une histoire des plantes médicinales du "Nouveau Monde" (1492-1750)*. Vaux-en-Velin: Les Éditions des mondes à faire, 2016
- BURNS, William E. *Science in the Enlightenment: an encyclopedia*. Santa Barbara: Abc-Clio, 2003.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional,

1978.

CARVALHO, Rômulo. *A História Natural em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

CHARTES, E. Making bodies modern: race, medicine and the colonial soldier in the mid-eighteenth century. In: SCHAFFER, Gavin (org.). *Racializing the Soldier*. London and New York: Routledge, 2013.

COCKBURN, William. A Discourse Concerning the Difficult of Curing Fluxes. *Phil. Trans. (1731-1732)*, vol. 37, 1731.

COELHO, Manuel Rodrigues. *Pharmacopea tubalense chimico-galenica*. Lisboa, Officina de Antonio de Sousa da Sylva, 1735.

CRUMPE, Samuel. History of a Case in Which Very Uncommon Worms Were Discharged from the Stomach; with Observations Thereon. *The Transactions of the Royal Irish Academy*. vol. 6, 1797.

CUNHA, A. Proença da; ROQUE, Odete Rodrigues; SILVA, Alda Pereira da. *Plantas e produtos Vegetais em Fitoterapia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DIAS, José Pedro Sousa. Levanta-te e Caminha: medicina e religião na História (Antiguidade e Idade Média). In: CORREIA, Clara Pinto; DIAS, José Pedro Sousa (orgs.). *Assim na Terra como no Céu: ciência, religião e estruturação do pensamento ocidental*. Lisboa: Relógio D'Água, 2003.

DOUGLAS, James. A Short Account of the Different Kinds of Ipecacuanha, by Dr. Douglass, Med. Regin. Extr. & R. S. S. *Philosophical Transactions (1683-1775)*, vol. 36, 1729/1730.

DRUETT, Joan. *Rough Medicine: surgeons at sea in the age of sail*. New York: Routledge, 2001.

EDLER, Flavio Coelho. *Boticas & farmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

EHRENPREIS, Stefan. Empiricism and Image-Building: the Creation and Dissemination of Knowledge on Dutch Brazil (1636-1750). In: BRENDENCKE, Arndt; EHRENPREIS, Stefan; FRIEDRICH, Susanne (orgs.). *Transformations of Knowledge in Dutch Expansion*. Pluralisierung & Autorität, 2015.

ELLIS, John. A Catalogue of Such Foreign Plants as Are Worthy of Being Encouraged in the American Colonies, for the Purposes of Medicine, Agriculture, and Commerce. *Transactions of the American Philosophical Society*, vol. 1, 1770.

FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. As palavras como linhas: Fernão Cardim. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Ano I, n. 3, Jan, 167-185, 2009.

FERRAZ, Márcia; ALFONSO-GOLDFARB, Ana; WAISSE, Silvia. A formação da matéria médica moderna a partir do século XIX: o Brasil como estudo de caso. *Estudos do Século XX*. vol. 12, 2012.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. A América Portuguesa e a circulação de plantas: séculos XVI-XVIII. In: KURY, Lorelai (org.). *Usos e circulação de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2013.

GOMES, Bernardino António. *Memoria Sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil*, ou Cipó das Nossas Terras. Lisboa: Typografia Chalcografica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

GRIEVE, Margaret. *A Modern Herbal*, vol II. Mineola: Dover Publications, 2014.

GURGEL, Cristina. *Doenças e Curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2010.

JESUS MARIA, João. *Pharmacopea Dogmatica Medico-Chimica*, e Theorico-Pratica. Porto: Officina de Antonio Alvares Ribeiro Guimar, 1772.

LA GARAYE, Claude Toussaint Marot de. *Chymie hydraulique pour extraire les sels essentiels des végétaux, animaux & minéraux*. Paris: Jean-Thomas Herissant, 1761.

LE GOFF, Jacques (Org.). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985.

LECAAN, John Polus. *Advice to the gentlemen in the army of Her Majesty's forces in Spain and Portugal*. London: Printed for P. Varenne, at Seneca's Head near Somerset-House in the Strand, 1708.

LEIBNIZ, W.G. *Relatio de novo Antidysenterico Americano magnis successibus comprobato*. Hannover: Sumptibus Gothofredi Freytagi, 1696.

LÉMERY, Nicolas. *Traité Universel des Drogues Simples*. Paris : L. d'Houry, 1698.

MANGET, Jean-Jacques. *Traité de la peste: recueilli des meilleurs auteurs anciens et modernes, et enrichi de remarques et observations théoriques et pratiques : avec une table très ample des matières*. Geneva: Philippe Planche, 1721.

MARCGRAVE, G. PISO, W. *Historia Naturalis Brasiliae*. 1648.

MARQUES, V. R. B. *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Unicamp, 1999.

OLIVEROS, Julianna Morcelli. *Americana na rebotica: comércio, redes epistolares e comunicação científica no gabinete Salvador (Barcelona, 1669-1726)*. 2019. Tese (Doutorado em História da Ciência) - Centre d'Estudis d'Història de les Ciències, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2019.

PARDO-THOMÁS, José. *Salvadoriana: el gabinet de curiositats de Barcelona*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona/ Consell Superior d'Investigacions Científiques, 2014.

PAZ RODRIGUEZ, José Maria de. *Explicacion de la naturaleza, principios, virtudes, usos y dosis de las preparaciones y composiciones de la Farmacopea de España*. Madrid: Imprenta de Don Josef de Collado, 1807.

PITA, João Rui. *Farmácia Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra: Minerva Editora, 1996.

*Reglamento y Aranceles Reales para el Comercio Libre de España a Indias de 12 de Octubre de 1788*. Madrid: Imprenta de Pedro Marin 1778.

RODRÍGUEZ, Miguel. *Medicina palpable, y escuela de la naturaleza*. Madrid: Imprenta Del Reyno, 1743.

SANTOS, C. F. M. dos; CONCEIÇÃO, Gisele. C.; BRACHT, Fabiano. Um Éden hostil: a fauna aquática da América portuguesa e a construção de saberes sobre o mundo natural no século XVI.. *Delaware Review of Latin American Studies - DeLARS*, v. 14, p. 1-21, 2014.

SANTOS, C. F. M. dos. Das Memórias do Arco do Cego: divulgação científica na América portuguesa do século XVIII. *Diálogos*, v. 12, n. 1, p. 207 - 225, 15 jul. 2017.

SCHIEBINGER, Londa. *Plants and Empire: colonial bioprospecting in the Atlantic World*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

SEMEDO, João Curvo. *Memorial de Vários Simples que da India Oriental, da América e de outras*

*partes do Mundo vem ao nosso Reino.* s.l., s/d.

SILVA, Patrícia Campos da *et al* . Risk of genetic vulnerability and aspects of the reproductive biology of *Psychotria ipecacuanha* (Rubiaceae), a threatened medicinal plant species of Brazilian forests. *Acta Bot. Bras.*, Belo Horizonte, v. 33, n. 3, p. 548-557, Sept. 2019.

SLOANE, Hans. Of the Use of the Root Ipecacuanha, for Loosenesses, Translated from a French Paper: With Some Notes on the Same, by Hans Sloane, M. D. *Philosophical Transactions (1683-1775)*, Vol. 20, 1968.

SMITH, Justin E. Leibniz on Natural History and National History. *History of Science*. nº 50, v. 4, dec., 2012.

SMITH, Justin E. Medicine. In: ANTOGNAZZA, Maria Rosa (org.), *The Oxford handbook of Leibniz*. New York: Oxford University Press, 2018.

SOURNIA, Jean-Charles. O homem e a doença. In: Jacques Le Goff (org.), *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Edusp, 1971.

TAVARES. Francisco. *Pharmacopeia Geral para o Reino, e Domínios de Portugal*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1794.

VIGIER, João. *Pharmacopeia Ulyssiponense*, galénica e química, que contém os princípios definições e termos gerais de uma e outra Farmácia. Lisboa: Pascoal da Silva, 1716.

WEATHERALL, Miles. Drug Treatment and the Rise of Pharmacology. In: PORTER, Roy (org.). *The Cambridge History of Medicine*. Cambridge University Press, 2006.